



**ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS: O RACISMO ANTI-INDÍGENA EM QUESTÃO**

**ACCESO Y PERMANENCIA DE ESTUDIANTES INDÍGENAS EN LA UNIVERSIDAD
FEDERAL DEL AMAZONAS: EL RACISMO ANTIINDÍGENA EN CUESTIÓN**

**ACCESS AND PERMANENCE OF INDIGENOUS STUDENTS AT AMAZONAS
FEDERAL UNIVERSITY: ANTI-INDIGENOUS RACISM IN QUESTION**



Marcelo CALEGARE¹

e-mail: mcalegare@ufam.edu.br



Débora Evelyn Ramos de OLIVEIRA²

e-mail: deboraevelryr@gmail.com



Thais de Negreiros SALES³

e-mail: tnsalesnegreiros@gmail.com

Como referenciar este artigo:

Calegare, M., Oliveira, D. E. R., & Sales, T. N. (2026). Acesso e permanência de estudantes indígenas na Universidade Federal do Amazonas: o racismo anti-indígena em questão. *Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.*, 27, e026011. <https://doi.org/10.30715/doxa.v27i00.20276>



Submetido em: 03/07/2025

Revisões requeridas em: 10/07/2025

Aprovado em: 11/05/2026

Publicado em: 21/07/2026

Editor: Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus – Amazonas (AM) – Brasil. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

² Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus – Amazonas (AM) – Brasil. Psicóloga.

³ Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus – Amazonas (AM) – Brasil. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

RESUMO: Estudantes indígenas enfrentam muitos desafios durante a permanência na universidade, como a desvalorização e a inferiorização cultural, linguística e epistemológica, mas, sobretudo, o racismo anti-indígena. O objetivo deste artigo é compreender as vivências de racismo anti-indígena de estudantes da Universidade Federal do Amazonas e seus impactos sobre a permanência no ensino superior. Foram entrevistados cinco estudantes indígenas por meio de entrevistas narrativas abertas, com posterior análise de conteúdo, que indicou as seguintes categorias: percurso educacional (trajetória de escolarização; adaptação à cidade e à universidade); racismo anti-indígena (discriminação, preconceito e vergonha); estratégias de enfrentamento (ascensão financeira e incentivos; estima). Os resultados demonstram que o racismo anti-indígena no ambiente acadêmico constitui um fator significativo que prejudica a adaptação e as relações dos estudantes, reforçando preconceitos e exclusão. O desejo de transformação pessoal e coletiva, aliado ao apoio e ao reconhecimento de suas comunidades, funciona como estratégia de enfrentamento para a permanência desses estudantes na universidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Superior. Escolarização. Universidade. Racismo Anti-Indígena.

RESUMEN: *Estudiantes indígenas se enfrentan a muchos desafíos durante su estancia en la universidad, como la devaluación y el menosprecio de sus culturas, lenguas y epistemologías, pero sobre todo el racismo antiindígena. El objetivo de este artículo es comprender las vivencias de racismo antiindígena de estudiantes de la Universidad Federal del Amazonas y los impactos en su permanencia en la educación superior. Entrevistamos cinco estudiantes indígenas con entrevista narrativa abierta, con posterior análisis de contenido, que indicó las siguientes categorías: trayectoria educativa (trayectoria escolar; adaptación a la ciudad y a la universidad); racismo antiindígena (discriminación, prejuicio, vergüenza); estrategias de afrontamiento (avance financiero e incentivos; autoestima). Los resultados demuestran que el racismo antiindígena en el entorno académico es un factor significativo que perjudica la adaptación y las relaciones de los estudiantes, reforzando los prejuicios y la exclusión. E deseo de transformación personal y colectiva, junto con el apoyo y reconocimiento de sus comunidades, funcionan como una estrategia de afrontamiento para permanecer como estudiante universitario.*

PALABRAS CLAVE: Educación Superior. Enseñanza. Universidad. Racismo Antiindígena.

ABSTRACT: *Indigenous students face many challenges during their time at university, such as devaluation and scorn of their cultural, linguistic, and epistemological background, but especially anti-Indigenous racism. The objective of this article is to understand the experiences of anti-indigenous racism among students at Amazonas Federal University and its impacts on their permanence in higher education. Five indigenous students were interviewed using open narrative interviews, followed by content analysis, which indicated the following categories: educational path (schooling trajectory; adaptation to the city and university); anti-indigenous racism (discrimination, prejudice; shame); coping strategies (financial advancement and incentives; self-esteem). The results demonstrate that anti-indigenous racism in the academic environment is a significant factor that hinders students' adaptation and relationships, reinforcing prejudice and exclusion. The desire for personal and collective transformation, along with the support and recognition of their communities, function as a coping strategy for students to remain in university.*

KEYWORDS: Higher Education. Schooling. University. Anti-Indigenous Racism.

INTRODUÇÃO

Neste artigo temos por objetivo compreender as vivências de racismo anti-indígena de estudantes da Universidade Federal do Amazonas e os impactos desse fenômeno sobre sua permanência no ensino superior. Mesmo diante das desigualdades econômicas, sociais e raciais, os povos indígenas têm se articulado coletivamente para acessar bens materiais e simbólicos da sociedade brasileira, o que inclui o espaço universitário, por este se caracterizar como um local estratégico de legitimação de conhecimentos (Neves & Silva, 2024). O aumento da presença indígena nas universidades brasileiras vem sendo fruto dos movimentos indígenas, cujas bandeiras de reivindicações expressam a necessidade de um diálogo mais estreito para a formação de profissionais e pesquisadores (Amado, 2020).

O acesso e a permanência no ensino superior pelos estudantes indígenas ainda demandam grandes desafios para tais instituições e principalmente para os próprios estudantes, sendo necessária a garantia da qualidade do aprendizado e a valorização dos conhecimentos indígenas e de suas subjetividades, baseadas em suas cosmovisões, cosmopolíticas, epistemologias e ontologias (Peron & Cella, 2021). A inserção e a ocupação da universidade pelos estudantes indígenas possuem barreiras coloniais, uma vez que as universidades brasileiras foram desenvolvidas a partir de modelos hegemônicos e eurocentrados, perpetuando hierarquias ao privilegiar conhecimentos e o acesso e permanência às elites brasileiras (Silva, 2023). Neves e Silva (2024) explicitaram que esse *modus operandi* das instituições de ensino é pautado no racismo epistêmico e no epistemicídio, dando continuidade à inferiorização, aos estereótipos, ao preconceito e à discriminação em relação às produções intelectuais de povos indígenas, africanos e afro-brasileiros.

Um marco importante para o acesso aos bens e direitos dos povos indígenas foi a Constituição Federal de 1988, que reconheceu o direito a uma educação escolar específica e diferenciada, com foco prioritário na educação básica. A partir disso, foram criados vários marcos legais que se complementam e fortalecem tais determinações, como por exemplo: o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) de 1998; a Lei nº 10.558/2002 que instituiu o Programa Diversidade na Universidade; a Lei nº 11.096/2005 que estabeleceu o Programa Universidade para Todos (PROUNI); a Lei nº 11.645/2008 para o ensino da cultura indígena; a Lei de cotas nº 12.711/2012 e, posteriormente, a Resolução CNE e CEB nº 1/2015 para a Formação de Professores Indígenas (Menezes et al., 2021).

Apesar dos avanços, o acesso dos povos indígenas ao ensino superior ainda apresenta

contradições, como pode ser constatado pelo Censo de Educação Superior Indígena de 2022 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), no qual os indígenas representam apenas 0,4% dos ingressantes nos cursos de graduação, seguidos pelos amarelos (1,3%), pretos (6,5%) e pardos (26,7%). Os brancos correspondem a 35,9% e os não declarados a 29,1% (INEP, 2022).

Neves e Silva (2024) pontuaram que o principal fator que dificulta a permanência de estudantes indígenas nas universidades é o racismo, visto que esse fenômeno perpassa diversos campos das relações sociais e políticas na sociedade brasileira, sendo necessárias múltiplas estratégias e diferentes formas de compreensão para o desenvolvimento de ações mais eficazes. A racialização dos povos produz relações de dominação e exploração que são legitimadas a partir de estruturas eurocêntricas como as universidades. O racismo resulta de processos históricos, como a colonização, e surge como uma tentativa de categorizar a humanidade, estabelecendo uma hierarquização e inferiorização de indivíduos ou grupos com base na percepção de diferenças físicas ou culturais associadas à noção de raça (Lima & Vala, 2004; Ribeiro, 2022). Esse processo contínuo de discriminação racial manifesta-se também na restrição do acesso a bens e serviços sociais essenciais, incluindo a educação básica e superior. O racismo funciona como uma norma sócio-histórica que regula privilégios e define posições de poder dentro de um grupo social (Lima, 2020).

A literatura tem apontado uma especificidade do racismo direcionado aos povos indígenas, denominada racismo anti-indígena. Nessa linha, Calegare e Santos (2025) explicaram que esse fenômeno se caracteriza por animalizar as pessoas indígenas (desalmadas), demonizar suas crenças religiosas, erotizá-las (culpabilizando a mulher indígena pela nudez e pelo estupro), incivilizá-las (sem cultura, selvagens), infantilizá-las (como se necessitassem da tutela estatal e de um impulso ao desenvolvimento), negar sua existência (em pesquisas acadêmicas, na sociedade nacional, na história do país e no cotidiano brasileiro), primitivizá-las (imagem colonial congelada e negativa) e exigir que falem a língua nativa e vivam em terras demarcadas. Tudo isso remete às tentativas de extermínio e genocídio iniciadas no período da colonização e que perduram até o presente por meio das diferentes formas de preconceito e discriminação que caracterizam o racismo anti-indígena.

Estudos elencam dificuldades vivenciadas por estudantes indígenas, como a dificuldade de compreender e se apropriar da língua portuguesa e da linguagem científica; as lacunas institucionais, descritas pela falta de preparo do corpo de servidores para se relacionar de forma intercultural; a burocratização do acesso à assistência estudantil; a falta de acesso à

informação; a insuficiência das bolsas de permanência e a falta de acompanhamento dos estudantes; além das mudanças decorrentes da transição do território para a cidade, percebidas na cultura, no poder aquisitivo, na arquitetura e nas próprias relações sociais (Bergamaschi et al., 2018; Calegare & Sales, 2023; Calegare & Santos, 2025; Gomes & Nina, 2024; Peron & Cella, 2021; Silva, 2023). Esse conjunto de dificuldades presentes na permanência estudantil indígena baseia-se na desvalorização de suas culturas, na inferiorização desses povos e nas tentativas de subalternização. Dessa feita, uma das barreiras à permanência consiste na inferiorização da identidade indígena, especialmente quando relacionada à capacidade acadêmica, intelectual e cognitiva.

As marcas da exclusão histórica das populações indígenas correspondem às restrições impostas pela colonialidade/modernidade, que estruturam o poder capitalista eurocêntrico. Entretanto, como visto anteriormente, as articulações dos povos indígenas tornaram possíveis novas dinâmicas de luta, contestação e conquista no contexto da colonialidade (Silva, 2023). Uma delas é a educação superior, vista como um espaço estratégico de ocupação para que os povos indígenas se insiram nos diálogos e processos de construção, bem como para garantir a valorização de suas demandas educacionais, territoriais, de saúde e de diálogo com a população não indígena (Molina & Ribeiro, 2024; Machado, 2024; Ribeiro et al., 2024).

Dessa forma, compreender os desafios vividos cotidianamente pelos estudantes indígenas e sua influência sobre a permanência no ensino superior constitui um compromisso com a educação antirracista e intercultural. O diálogo intercultural presente nas discussões acadêmicas enfatiza a diversidade dos grupos sociais, propondo a valorização de outras formas de conhecimento e subjetividades a partir da luta contra o racismo (Neves & Silva, 2024). Nesse sentido, a interculturalidade é um projeto social, político e epistêmico de resistência que desafia a colonialidade (Machado, 2024; Ribeiro et al., 2024; Silva, 2023). O acesso ao ensino superior por estudantes indígenas revela problemas estruturais decorrentes do modelo hierarquizado da universidade, intensificando a difícil tarefa de estar e fazer parte do ambiente universitário. A universidade passa a ser também um território indígena que precisa estar disponível para que esses estudantes se apropriem do espaço, criem vínculos e compreendam o funcionamento do ensino superior, a partir de relações que lhes permitam vivenciar a experiência acadêmica com qualidade (Gomes & Nina, 2024).

MÉTODO

Esta pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa de caráter exploratório-descritivo (Gerhardt & Silveira, 2009). Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas narrativas abertas, conduzidas com o objetivo de compreender a trajetória educacional das pessoas participantes e suas vivências de racismo anti-indígena, com foco nas dificuldades enfrentadas no ambiente acadêmico, nas experiências vividas e nas estratégias de enfrentamento para o acesso e a permanência na universidade.

Participaram desta pesquisa cinco estudantes indígenas (quatro mulheres e um homem), dos cursos de Direito, Engenharia de Pesca e Psicologia, conforme descrito na Tabela 1. O número de participantes foi definido por meio da técnica de amostragem denominada “bola de neve”, método que não utiliza um sistema de referências, mas uma rede de contatos para indicação dos participantes (Dewes & Nunes, 2013). Este estudo respeitou os padrões éticos, garantindo a confidencialidade e o anonimato dos participantes, em conformidade com as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, tendo sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o Parecer nº 3.516.303.

Tabela 1.

Perfil dos estudantes indígenas participantes da pesquisa

Participantes	Etnia	Idade	Curso
Beatriz	Sateré Mawé	21	Direito
Hélio	Kokama	21	Direito
Elora	Tikuna	18	Engenharia de Pesca
Diana	Sateré Mawé	23	Psicologia
Rute	Apurinã	18	Psicologia

Nota. Elaboração dos autores.

As entrevistas foram realizadas presencialmente na Universidade Federal do Amazonas, com registro em áudio, a partir de uma pergunta disparadora: “Conte-me sobre sua trajetória de escolarização até o momento em que ingressou na universidade.” As entrevistas tiveram duração variável entre 30 e 60 minutos, foram posteriormente transcritas e submetidas à análise de conteúdo de Bardin (2011), que compreende as seguintes etapas: pré-análise (leitura flutuante e esboço das primeiras categorias); exploração do material (enquadramento dos trechos das entrevistas em unidades temáticas e categorias definitivas); e tratamento dos dados, com inferências e interpretações (apresentação dos resultados por meio das narrativas).

RESULTADOS

A partir da análise de conteúdo, foram definidas as seguintes unidades temáticas e respectivas categorias: (I) percurso educacional dos estudantes indígenas (trajetória de escolarização; adaptação à cidade e à universidade); (II) racismo anti-indígena (discriminação e preconceito; vergonha); (III) estratégias de enfrentamento para a permanência na universidade (ascensão financeira e incentivos; estima).

PERCURSO EDUCACIONAL DOS ESTUDANTES INDÍGENAS

Nesta unidade temática, analisamos o percurso educacional das pessoas estudantes indígenas até sua inserção na universidade, abordando os principais desafios enfrentados nesse processo. A partir das respostas obtidas, identificamos as seguintes categorias.

Trajetoória de Escolarização

A categoria “trajetoória de escolarização” refere-se aos percalços e às marcas do percurso escolar desde a aldeia até chegar à universidade (Calegare & Sales, 2023). Esse percurso abrange amplas vivências (Gomes & Nina, 2024), cujas experiências compartilhadas pelas pessoas estudantes evidenciaram uma realidade marcada por desigualdades sociais e barreiras socioeconômicas que as acompanham desde a educação básica.

As pessoas estudantes descreveram essa trajetória a partir de diferentes pontos de partida, que evidenciam as especificidades de quem vive no interior do Amazonas:

A minha mãe viu que no interior o ensino não é legal. E pra você tentar algo mesmo, tem que sair de lá [...] Meus pais levaram eu e meus irmãos pra cidade pra estudar [...] seis filhos [...]a gente passou muitas situações chatas por causa da situação financeira. (Beatriz).

Eu comecei a estudar com cinco anos. E aí eu passei por uns quatro ou cinco colégios antes de chegar na UFAM [...] eu repeti o sétimo ano umas duas vezes, porque meus pais estavam se separando e a minha mãe tava fazendo faculdade de direito. Ela tinha que fazer estágio e ela ficou grávida. E quem ficou com a responsabilidade de cuidar da minha irmã mais nova fui eu. Então, tinha vezes que eu tinha que faltar aula porque ela tinha que ir pro estágio e aí eu acabava reprovado por falta. (Rute)

Eu estudei numa escola ribeirinha, minha casa era um flutuante [...] eu mudei de escola várias vezes porque a gente sempre buscou melhorias, então como a casa não era fixa, as lanchas que levavam a nossa casa pra outro lugar [...] Depois eu vim pra Manaus, só que eu passei uns dois anos sem estudar. (Hélio)

As pessoas participantes da pesquisa relataram enfrentar diversas dificuldades decorrentes da precariedade da educação básica nos municípios do interior do Amazonas, tornando necessária a migração de suas famílias em busca de uma educação de melhor qualidade. Soma-se a isso a limitação de recursos financeiros e o impacto das diferentes dinâmicas familiares.

Calegare e Sales (2023) apontaram que a trajetória escolar de estudantes indígenas é marcada pelas migrações, pelas vulnerabilidades socioeconômicas e pelos impedimentos à conclusão da escolarização em tempo adequado. Esse cenário coloca esses estudantes em desvantagem acadêmica e implica a vivência de discriminação e preconceito.

Os desafios são amplificados pela predominância da cultura ocidental, que impõe barreiras econômicas, sociais e culturais ao percurso de escolarização desses estudantes. Essa discriminação persiste, inclusive, no ensino superior, manifestando-se de forma explícita e sutil, reforçando a sensação de desencaixe e isolamento no ambiente universitário. Como consequência, dificulta significativamente a permanência acadêmica e evidencia a exclusão e a marginalização enfrentadas por esses estudantes (Herbetta & Nazareno, 2020). Assim, os relatos revelam que esses desafios se fazem presentes desde a infância, quando os estudantes ainda vivem nas comunidades do interior, em razão da ausência de ações governamentais que assegurem o direito a uma educação escolar indígena de qualidade. Esse cenário evidencia a urgência de mudanças estruturais que garantam a equidade ao longo de toda a trajetória de escolarização dessas pessoas estudantes, evitando que dificuldades e traumas sejam constantemente revividos durante sua permanência no ensino superior.

Adaptação à cidade e à universidade

A adaptação à cidade e à universidade impõe desafios à permanência estudantil, como problemas de saúde, longas distâncias de deslocamento na cidade, falta de recursos financeiros, demora no acesso à assistência estudantil, além das inseguranças relacionadas à vivência do cotidiano no ensino superior (Calegare & Sales, 2023). Neste estudo, essa categoria é apresentada a partir da chegada das pessoas estudantes à cidade, dos desafios decorrentes da transição para o ambiente urbano e das experiências iniciais de ingresso na universidade. A seguir, são apresentados trechos dos depoimentos:

Eu tive que vir pra Manaus [...] eu passei a morar só [...] todo mês aluguel, conta de luz, de

água, os materiais didáticos [...] a adaptação pra mim foi a parte mais difícil, chegava na universidade eu não conseguia nem estudar, eu chorava, chorava, queria ir embora de todo jeito [...] tava lutando pela bolsa permanência [...] eu vim conseguir depois de mais de um ano. (Beatriz)

Quando eu vim pra cá foi muito difícil pra mim [...] Passei o primeiro ano só sofrendo essa parte de estar mudando, de adaptação [...] É interessante como só mudar do interior pra capital já tem uma grande diferença. (Diana)

Logo que eu cheguei na faculdade eu me senti muito deslocado [...] a gente pensa que o curso vai ser igual pra todo mundo, mas nem todo mundo tem a mesma oportunidade [...] sobre o indígena que vem lá do interior [...] não é só esse apoio de estudo, mas sim se a Universidade vai dar alguma coisa pra ele, algum apoio na língua dele. (Hélio)

Apenas uma das participantes relatou não ter enfrentado dificuldades na adaptação à universidade e à vida na cidade, pois já residia na capital. As demais pessoas estudantes enfrentaram obstáculos significativos, como problemas de moradia, adaptação à vida longe da família, dificuldade para obter bolsas, além de desafios administrativos e das exigências da rotina acadêmica. O momento de ingresso das pessoas estudantes indígenas é particularmente crítico, pois é nesse período que ocorrem as maiores taxas de desistência.

Nesse contexto, Coulon (2008) divide a experiência universitária em duas dimensões. A primeira, denominada dimensão intelectual, refere-se ao aprendizado dos códigos e das normas da universidade, incluindo aspectos relacionados ao vocabulário acadêmico, à leitura, à escrita, à concentração e à organização. A segunda dimensão, denominada relacional, diz respeito à qualidade das interações entre colegas e professores, essencial para a criação de vínculos que favoreçam o desenvolvimento de atividades colaborativas. A falta de suporte adequado e de compreensão das necessidades específicas das pessoas estudantes indígenas nessas duas dimensões pode reforçar preconceitos e dificuldades. O apoio contínuo ao longo da trajetória acadêmica é fundamental para a formação de estudantes indígenas (Bergamaschi et al., 2018).

RACISMO ANTI-INDÍGENA

O foco desta unidade temática é o racismo anti-indígena manifestado no ambiente acadêmico. Candau (2003) apontou que as diversas formas de discriminação revelam uma

relação dialética entre a discriminação étnica e a social, de modo que uma não pode ser reduzida à outra. No contexto universitário, essas manifestações podem se intensificar, alimentando o que a autora denomina “cultura da discriminação”. Para as pessoas estudantes indígenas, essa cultura se traduz em uma constante separação entre “nós” e “os outros”, expressa pela recusa em reconhecer aquelas consideradas diferentes e, frequentemente, vistas como “inferiores” em razão das suas identidades e comportamentos. A seguir, são apresentadas as categorias que compõem esta unidade temática.

Discriminação e Preconceito

Nesta categoria, destacam-se falas que revelam as vivências de preconceito e discriminação enfrentadas pelas pessoas estudantes indígenas. Essas manifestações podem assumir formas ambíguas, o que pode levar à subestimação de sua gravidade ou dificultar a mensuração da violência a elas associada, como ilustram os trechos a seguir:

A gente é tão excluído [...] ele mandou eu voltar pra minha oca [...] É como se tu não existisse, como se tu estivesse num não lugar total, não vão nem colocar tua opinião ali em jogo. (Rute)

A gente vê o preconceito dos outros quando falam: ‘quem aqui é aluno indígena?’ [...] só eu levantando a mão, aí todo mundo começa a olhar [...] ‘ela é aluna indígena, ela tem dificuldade então não vamos chamar pro grupo’, é uma bomba pra gente, sem querer eu ouvi falarem isso, pra mim eu já não conseguia, né, aí é muito difícil [...] eu tenho medo de ser mais excluída ainda. (Beatriz)

Eles me tratavam diferente, mas não de uma forma que eu considero boa, é de uma forma que me incomoda. (Elora)

As pessoas estudantes relataram experiências que evidenciam diferentes situações de racismo e preconceito. Ao longo do tempo, as formas de manifestação do preconceito e do racismo se modificaram, ocorrendo principalmente nas relações interpessoais e assumindo a forma de comportamentos discriminatórios no cotidiano (Lima & Vala, 2004). Nesse sentido, Marinho (2021) destacou que identificar os fenômenos do preconceito e da discriminação étnico-racial torna-se mais complexo, pois esses comportamentos se entrelaçam com outras formas de discriminação e podem manifestar-se de maneira sutil.

No caso dos povos indígenas no Brasil, o racismo anti-indígena manifesta-se de diversas formas. Entre elas estão declarações públicas depreciativas feitas por autoridades,

atos de violência explícita contra comunidades e indivíduos indígenas, além da fossilização de sua cultura e da negação de sua existência (Milanez et al., 2019). As expressões de racismo e preconceito, embora por vezes veladas, são evidentes no ambiente acadêmico e refletem profundas desigualdades e desafios estruturais. Dessa forma, o ambiente acadêmico ainda não está preparado para acolher a diversidade cultural indígena e reconhecê-la como um aspecto fundamental da permanência estudantil. Moura e Matos (2022) corroboraram essa perspectiva, destacando que a discriminação continua sendo uma realidade, o que reforça a necessidade de estratégias mais eficazes para promover a inclusão e garantir suporte contínuo a esses estudantes.

Vergonha e Humilhação Social

A vergonha, enquanto expressão da humilhação social, também atinge a vida acadêmica e pessoal de estudantes indígenas universitários. Entende-se que a vergonha é uma vivência íntima e pessoal, caracterizada por um julgamento moral negativo, que ocorre quando o indivíduo sente que não consegue atender às próprias expectativas ou manter uma imagem positiva de si mesmo (La Taille, 2004). Já a humilhação social manifesta-se em situações de exploração e exclusão características de uma sociedade capitalista, que impõe experiências de submissão a tratamentos discriminatórios e injustos (Fernandes et al., 2016). Esses tratamentos violam a dignidade e a honra de indivíduos ou grupos, sendo identificados nos relatos apresentados a seguir:

Quando eu passei, eu não gostava de comentar muito não, porque eu tinha vergonha [...] A gente vê o olhar diferente, eu tenho acessórios indígenas e querendo ou não é chamativo [...] a gente luta tanto pra levar nossas origens adiante justamente para que muitos indígenas não tenham vergonha dos seus costumes [...] os olhares que a gente fica intrigada, sabe. Por que torceu o nariz? Por que virou a cara? Por que riu? Isso me dá medo, me amedronta aqui dentro da universidade, pra mim é uma vergonha. (Beatriz)

Você tem o nome normal e o nome do teu povo [...] eu nem falo, porque é um jeito de se proteger de passar uma situação vexatória [...] é muito cansativo passar por essas situações, questionamentos [...] Parece que tu é meio que um alienígena [...] as pessoas têm uma visão estereotipada, uma pessoa indígena é como se ela fosse bem inferior. (Rute)

As pessoas estudantes indígenas enfrentam constantemente o sentimento de vergonha. Para Melo e Santos (2018), a humilhação social, enquanto efeito psicossocial do racismo, deve ser compreendida como um fenômeno coletivo, embora seja vivenciada individualmente, uma vez que resulta de relações de dominação e opressão que atingem tanto o sujeito no presente quanto indivíduos de sua ancestralidade, pertencimento étnico-racial,

grupo social, classe, nação ou povo. A universidade, como espaço em que as relações de poder e as estruturas sociais hegemônicas se tornam mais visíveis, pode intensificar os sentimentos de vergonha e deslocamento vivenciados pelos estudantes indígenas. Esse ambiente frequentemente faz com que essas pessoas se sintam inadequadas ou excluídas, levando muitas delas a se isolarem por medo de serem julgadas ou ridicularizadas. Calegare et al. (2017) ressaltaram que as representações estereotipadas dos povos indígenas no Amazonas alimentam uma visão depreciativa amplamente disseminada na capital. Esse estigma reforça a ideia de inferioridade, impactando diretamente as experiências dos estudantes indígenas e sua vivência acadêmica e social.

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO PARA A PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE

Esta unidade temática é constituída por duas categorias que demonstram como as pessoas entrevistadas desenvolveram estratégias de enfrentamento para permanecer na universidade e concluir a graduação. Diferentes estudos evidenciam a necessidade de adoção, por parte das instituições, de mecanismos mais eficazes para o acolhimento de estudantes indígenas à vida universitária, para o combate ao racismo, para o fortalecimento e o empoderamento desses estudantes e, conseqüentemente, para a promoção da interculturalidade (Calegare & Sales, 2023; Gomes & Nina, 2024; Herbetta & Nazareno, 2020; Ribeiro et al., 2024). A seguir, são apresentadas as categorias que compõem esta unidade temática

Ascensão financeira e incentivo

Nesta categoria, as pessoas estudantes revelaram como o desejo de melhorar as condições de vida e o incentivo recebido atuam como estratégias fundamentais de enfrentamento, conforme exemplificado a seguir:

Eu sempre quis ser rica, meu sonho desde criança, mas não era por outra coisa, era sempre pra mudar a vida da minha mãe e do meu pai [...] Minha mãe logo decidiu: ‘a gente vai ajudar, todo mundo vai ajudar, porque é pra ajudar nosso povo’ [...] mamãe alugou uma casa [...] eu pedi ajuda de uma professora aqui, que ela sempre está disposta a ajudar todo mundo, que é a coordenadora do meu curso, essa professora me incentiva, me ajuda quando eu tenho dificuldade. (Beatriz)

Eu tenho muita vontade de escrever [...] sobre o protagonismo [...] eu acho que tem muitas coisas escassas e algumas têm colaboração de pessoas indígenas, já outras não, a maioria não tem [...] pessoas que não tem a vivência, é profundo, mas não tem aquela coisa de quem vive. (Rute)

Minha motivação para querer fazer uma faculdade e continuar fazendo foi eu querer mudar de vida e sair da situação em que me encontro. (Elora)

Quando alguém das etnias entra em algum curso é visto com muita festividade, a gente comemora muito [...] meus pais sempre me ajudaram, a minha vó também sempre me apoiou, eu nunca tive problema nesse sentido. (Diana)

As participantes destacaram a importância do apoio financeiro e emocional proveniente tanto da família quanto de docentes da instituição. Esse suporte é essencial para o sucesso acadêmico e para o enfrentamento dos desafios associados à vida universitária. Destaca-se também a relevância da universidade na promoção da difusão científica e na valorização da cultura indígena. De acordo com Santos (2023), estar na universidade representa uma conquista para as estudantes indígenas, sobretudo por contarem com uma rede de apoio formada pela família, pela comunidade, por professores e por amigos. Trata-se de um espaço de difusão de seus próprios conhecimentos, mas também de acesso a conhecimentos específicos, inclusive sobre sua própria história.

Estima

A estima da comunidade e a autoestima também atuam como estratégias para a permanência estudantil, pois as pessoas estudantes desenvolvem uma motivação que encontra sentido não apenas em sua trajetória de vida, mas também na trajetória de seu povo, considerando a historicidade dos povos indígenas em contextos de luta, resistência e coletividade. A seguir, são apresentados alguns exemplos:

Sempre que eu vou pra aldeia eles começam a me apelidar: ‘olha a nossa doutora’. Eu fico feliz porque eles me veem como alguém, eles falam que eu sou a diva deles, e eu tento conversar com eles, incentivar, sempre falo pra eles estudarem, pra eles não terem a vida que nossos pais levaram. (Beatriz)

Saber que eu também posso alcançar e eu também posso trazer essa imagem de um sonho alcançado [...] uma frase nossa é ‘o futuro é ancestral, o futuro é uma juventude, a juventude somos nós’ [...] não vai ser nada sobre nós sem nós [...] é muito fácil ter uma lei indígena

feito por um não indígena, não vai ter nossas culturas e seria muito melhor ter alguém lá de dentro como nós. (Hélio)

Eu gosto de mostrar que dá pra pessoa ser mais [...], tipo se formar, fazer qualquer profissão [...] ninguém imagina uma indígena dando aula, sendo advogada, médica, pesquisadora, ninguém associa a imagem de uma pessoa indígena com essas coisas, sempre é com algo bem folclórico. (Rute)

As pessoas participantes destacaram a importância do reconhecimento e da estima de suas comunidades, bem como o desejo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seus familiares e parentes indígenas. Essa percepção é reforçada pela discrepância entre a sensação de valorização e pertencimento vivenciada em suas comunidades de origem e o sentimento de invisibilidade e exclusão frequentemente experimentado no ambiente acadêmico. Ainda assim, o acesso ao ensino superior pelos povos indígenas representa um passo estratégico, pois permite que espaços de disputa de poder, como o Judiciário, a academia e os órgãos oficiais, contem com representantes indígenas para lutar por autonomia e exercer práticas culturalmente diferenciadas (Amado, 2020; Ribeiro et al., 2024; Silva, 2023).

Nesse sentido, as ações afirmativas no ensino superior constituem um importante marco histórico, ao incentivar os povos indígenas a ocuparem os espaços da ciência como autores e sujeitos de sua própria história, possibilitando a luta direta por educação, terra e saúde (Molina & Ribeiro, 2024). No entanto, o sentimento de exclusão no ambiente acadêmico evidencia as barreiras psicossociais enfrentadas pelas pessoas estudantes. Elas precisam constantemente manter-se engajadas na universidade, enquanto convivem com um ambiente que muitas vezes não reconhece nem valoriza suas identidades e experiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo destacou a complexidade e a relevância da presença e da participação de estudantes indígenas no ensino superior, demonstrando a necessidade urgente de práticas que promovam a equidade acadêmica, tais como: acesso diferenciado à assistência estudantil (bolsas de estudo, moradia estudantil, restaurante universitário e outros programas), suporte social (integração de estudantes indígenas ingressantes à universidade e à cidade de Manaus) e superação de barreiras psicossociais por meio da integração intercultural (preparação de pessoas professoras e estudantes para receber indígenas, com respeito aos seus costumes,

idiomas e conhecimentos). Já ocorreram avanços significativos nas políticas de acesso e apoio a estudantes indígenas, como a oferta da Bolsa Permanência, as cotas de ações afirmativas destinadas a pessoas indígenas, além de eventos e programas de difusão e valorização da cultura indígena na universidade.

No entanto, os relatos trazidos demonstram que ainda existem desafios substanciais que precisam ser enfrentados para garantir uma educação superior de qualidade. A experiência das pessoas estudantes indígenas na universidade ainda está marcada por desafios estruturais e sociais profundos, fundamentados no racismo anti-indígena, uma vez que a própria lógica ocidental e eurocêntrica das universidades brasileiras reforça a marginalização de culturas e saberes indígenas.

As pessoas estudantes indígenas da Universidade Federal do Amazonas enfrentam desafios que se iniciam pela violação do direito a uma educação básica diferenciada e assegurada pelo Estado, culminando em atrasos na escolarização e na migração por necessidade. Ao acessarem o ensino superior, esses desafios se repetem com a difícil adaptação à vida na cidade e ao ambiente universitário, à burocracia para acessar direitos estudantis e ao constante impacto da lógica ocidental predominante nas instituições de ensino superior.

A chegada à universidade e a adaptação ao ambiente urbano revelam uma realidade multifacetada, onde obstáculos financeiros e a falta de suporte cultural específico intensificam o sentimento de exclusão, vergonha e humilhação social. Esses fatores dificultam não apenas a adaptação, mas também comprometem a capacidade das pessoas estudantes de se engajarem em suas atividades acadêmicas e sociais. Por outro lado, reitera-se a importância das estratégias de enfrentamento adotadas pelas pessoas estudantes indígenas para superar as adversidades. O apoio familiar, o incentivo financeiro e o fortalecimento da autoestima e da estima comunitária são identificados como elementos cruciais para a continuidade da trajetória e sucesso acadêmico dessas estudantes.

Embora essas estratégias sejam fundamentais para a permanência, a responsabilidade de adaptação, que também compete à universidade, é muitas vezes deslocada para a própria pessoa estudante indígena de maneira individualizada e descontextualizada de processos históricos e culturais da sociedade brasileira. Nesse sentido, as universidades precisam garantir a interculturalidade em todas as instâncias: nos processos burocráticos de acesso ao ensino superior, na preparação de pessoas servidoras públicas e terceirizadas para se relacionarem com estudantes indígenas, na valorização dos conhecimentos indígenas na

matriz curricular e o fomento à luta antirracista entre a comunidade universitária.

Por fim, esta pesquisa teve a limitação de contar predominantemente com a participação de mulheres indígenas, o que abre espaço para futuras pesquisas explorarem também as intersecções entre gênero e racismo anti-indígena na trajetória educacional das estudantes. Isso pode ser expandido para investigar como essas dimensões entrelaçadas podem proporcionar uma compreensão mais abrangente de como a discriminação e a exclusão são agravadas por múltiplos pertencimentos identitários.

Por outro lado, essas pessoas indígenas também vêm se formando em nível de pós-graduação e chegando a cargos docentes e de gestão universitária. Assim, futuras pesquisas são necessárias para compreender os impactos psicossociais da inserção de pessoas professoras indígenas ocupando cargos de docentes permanentes nas universidades. Como os demais docentes reagem a isso? O que isso gera de transformações na lógica universitária, tanto em sua organização administrativa quanto na grade acadêmica? Além disso, na sociedade brasileira tem havido movimento de criação de instituições de ensino indígenas, como a recém-criada (em 2026) Universidade Federal Indígena (Unind). Quais horizontes e impactos psicossociais a criação dessa instituição traz à sociedade brasileira?

REFERÊNCIAS

- Amado, L. H. E. e S. (2020). Para além da universidade: Experiências e intelectualidades indígenas no Brasil. *IdeAs*, 16, 1–20. <https://doi.org/10.4000/ideas.9442>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (70. ed.). Edições 70.
- Bergamaschi, M. A., Doebber, M. B., & Brito, P. O. (2018). Estudantes indígenas em universidades brasileiras: Um estudo das políticas de acesso e permanência. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 99(251), 37–53. <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3337>
- Calegare, M. G. A., Menezes, T. F., & Fernandes, F. O. P. (2017). Pós-graduandos indígenas da UFAM: Seus pontos de vista sobre os PPGs, teorias acadêmicas e incentivos institucionais. *Revista AMAzônica*, 10(1), 350–373. <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/4664>
- Calegare, M. G. A., & Sales, T. N. (2023). Relatos da permanência de estudantes indígenas nos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas. *Psicologia Escolar e Educacional*, 27, e255799. <https://doi.org/10.1590/2175-35392023-255799>
- Calegare, M. G. A., & Santos, J. H. P. (2025). Vivências do racismo anti-indígena contra mulheres graduandas da UFAM. *Estudos & Pesquisa em Psicologia*, 25, e82643. <https://doi.org/10.12957/epp.2025.82643>
- Candau, V. M. (Org.). (2003). *Somos tod@s iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos*. DP&A.
- Coulon, A. (2008). *A condição de estudante: A entrada na vida universitária*. EDUFBA.
- Dewes, J. O., & Nunes, L. N. (2013). *Amostragem em bola de neve e respondent-driven sampling: Uma descrição dos métodos* (Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em Estatística, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). <http://hdl.handle.net/10183/93246>
- Fernandes, S. L., Zakabi, D., & Calegare, M. G. A. (2016). Humilhação social e contextos rurais: Discussões a partir de pesquisas em três comunidades rurais. *Revista Psicologia Política*, 16(37), 287–303. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000300004&lng=pt&nrm=iso
- Gomes, T. J. da S., & Nina, S. de F. M. (2024). A presença de mulheres indígenas nas universidades brasileiras: Uma revisão de escopo. *Revista de Psicologia*, 33(2), 1–12. <https://doi.org/10.5354/0719-0581.2024.71620>
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Editora da UFRGS.
- Herbetta, A. F., & Nazareno, E. (2020). Sofrimento acadêmico e violência epistêmica: Considerações iniciais sobre dores vividas em trajetórias acadêmicas indígenas. *Tellus*, 20(41), 58–63. <https://doi.org/10.20435/tellus.v20i41.640>

- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. (2022). *Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2022*. INEP. https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf
- La Taille, Y. de. (2004). *Vergonha: A ferida moral*. Vozes.
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 401–411. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300002>
- Lima, M. E. O. (2020). *Psicologia social do preconceito e do racismo*. Blucher.
- Machado, T. L. (2024). A conquista da universidade: Ocupação indígena em torno de um território em disputa. *Educação em Revista*, 40, e47594. <https://doi.org/10.1590/0102-469847594>
- Marinho, T. A. (2021). Violência simbólica e diversidade cultural: Discriminação e preconceito na universidade. *Fragmentos de Cultura*, 31(2), 255–273. <https://doi.org/10.18224/frag.v31i2.8962>
- Melo, C. V. G., & Santos, A. de O. (2018). Racismo, reconhecimento social e os efeitos psicossociais. In M. Calegare & R. Albuquerque (Orgs.), *Processos psicossociais na Amazônia: Reflexões sobre raça, etnia, saúde mental e educação* (pp. 49–67). Alexa Cultural.
- Menezes, R. de O., Silva, M. G., Simas, H. C. P., & Weigel, V. A. C. de M. (2021). Povos indígenas, educação superior e ações afirmativas na UFAM. *Linhas Críticas*, 27, e36591. <https://doi.org/10.26512/lc27202136591>
- Milanez, F., Sá, L., Krenak, A., Cruz, F. S. M., Ramos, E. U., & Jesus, G. S. de. (2019). Existência e diferença: Racismo contra os povos indígenas. *Revista Direito e Práxis*, 10(3), 2161–2181. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/43886>
- Molina, K. R. da S., & Ribeiro, P. R. C. (2024). “A universidade me fortaleceu e eu passei isso para muitas gurias!”. *Revista de Ciência Humana*, 25(2), 98–124. <https://doi.org/10.31512/19819250.2024.25.02.98-124>
- Moura, S. N., & Matos, M. B. (2022). Da comunidade à universidade: Os desafios dos discentes do curso de Direito na Universidade Federal de Roraima. *Revista Brasileira de Educação*, 27, e270086. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782022270086>
- Neves, P. F. A. C., & Silva, A. T. R. (2024). Trajetória formativa de mulheres-estudantes indígenas na Universidade de Brasília. *Revista Estudos Interdisciplinares*, 6(1), 1–26. <https://doi.org/10.56579/rei.v6i1.656>
- Peron, L., & Cella, R. (2021). O perfil e a trajetória dos estudantes indígenas na UFFS: Expectativas, encantos e desencantos. *Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp*, 9(2), 80–99. <https://doi.org/10.34024/olhares.2021.v9.11321>
- Ribeiro, A. E. R. A., Beretta, R. C. S., & Mestriner Jr., W. (2024). Representatividade

indígena no ensino superior: Promoção de saúde e sustentabilidade além dos territórios. *Saúde em Debate*, 48(Especial 1), e18709. <https://doi.org/10.1590/2358-28982024E18709P>

Ribeiro, R. B. (2022). O racismo contra os povos indígenas: Panorama dos casos nas cidades brasileiras entre 2003 e 2019. *Mana*, 28(2), e282204. <https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n2a204>

Santos, J. H. P. (2023). *A trajetória de escolarização de indígenas na UFAM e as vivências de racismo anti-indígena* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Amazonas).
https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/9735/6/DISS_JeicyHellenSantos_PPGPSI.pdf

Silva, I. M. M. (2023). Universidade como espaço intercultural de in/exclusão na perspectiva de estudantes indígenas Kaingang. *Revista Latinoamericana de Estudios Educativos*, 53(3), 501–538. <https://doi.org/10.48102/rlee.2023.53.3.570>

CRedit Author Statement

- **Reconhecimentos:** Agradecemos o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e ao edital PROCAD-Amazônia (nº 21/2018).
- **Financiamento:** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), edital PROCAD-Amazônia (nº 21/2018).
- **Conflitos de interesse:** Não há conflito de interesse.
- **Aprovação ética:** Aprovação do CEP-UFAM, processos nº 4.082.840.
- **Disponibilidade de dados e material:** Não estão disponíveis para acesso.
- **Contribuições dos autores:** Autor 1: Conceitualização (idealização do estudo, definição de perguntas e objetivos); Análise de dados (interpretação dos resultados e atribuição de significado a partir de quadros teóricos pré-determinados); Metodologia (delineamento metodológico da pesquisa); Administração do projeto (orientação, supervisão ou coordenação); Escrita (redação do manuscrito original); Revisão (revisão crítica do manuscrito original e aprovação da versão a ser submetida). Autora 2: Conceitualização (idealização do estudo, definição de perguntas e objetivos); Análise de dados (interpretação dos resultados e atribuição de significado a partir de quadros teóricos pré-determinados); Metodologia (delineamento metodológico da pesquisa); Escrita (redação do manuscrito original); Revisão (revisão crítica do manuscrito original e aprovação da versão a ser submetida). Autora 3: Análise de dados (interpretação dos resultados e atribuição de significado a partir de quadros teóricos pré-determinados); Escrita (redação do manuscrito original); Revisão (revisão crítica do manuscrito original e aprovação da versão a ser submetida).

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação
Revisão, formatação, normalização e tradução

